

1  
2 Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove, na Sala de reuniões do Conselho  
3 Nacional dos Direitos da Mulher, na sede da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, no  
4 Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes, Brasília/DF, reuniram-se as integrantes do  
5 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para tratar da seguinte pauta: 1) Informes: Orçamento  
6 SPM: execução orçamentária 2009 e proposta 2010; Projeto de Lei de Igualdade no Trabalho;  
7 Informe Min Saúde: ações do MS em direitos sexuais e reprodutivos na perspectiva de Cairo+15;  
8 2) Propostas discutidas na Coordenação Política: agenda CNDM até maio/2010; 3) Reforma  
9 Política; 4) processo eleitoral próximo mandato CNDM. Estiveram presentes as seguintes  
10 representantes governamentais: I) Ministra Nilcéa Freire – Secretaria Especial de Políticas para  
11 as Mulheres; II) Teresa Sousa – Secretária – Adjunta Secretaria Especial de Políticas para as  
12 Mulheres; III) Valéria de Oliveira – Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade  
13 Racial ( SEPPIR); IV) Luciana Carneiro Muçouçah - Casa Civil - PR; V) Maria Claudia Canto  
14 Cabral – Ministério da Cultura (MIC); IV) Helena de Carvalho Fortes – Ministério da Ciência e  
15 Tecnologia – MCT; VII) Rosiléa Maria Roldi Wille – Ministério da Educação ; VIII) Inajara  
16 Inês Ferreira – Ministério da Justiça; IX) Andréa Costa Magnavita – Ministério do Planejamento  
17 Orçamento e Gestão; X) Lena Vânia Carneiro Peres – Ministério da Saúde XI) Suplente Lidiane  
18 Ferreira Gonçalves – Ministério da Saúde; XII) Gláucia Gauch – Ministério das Relações  
19 Exteriores – MRE; XIII) Suplente Tatiana Gomes Bustamante; XIV) Leonor da Costa –  
20 Ministério do Trabalho e Emprego; XV) Suplente Lívia Gisele Silva Pires; Representantes da  
21 Sociedade Civil: XVI) Ângela Maria de Lima Nascimento – Articulação de ONG's de Mulheres  
22 Negras – AMNB; XVII) Gloria Márcia Percinoto – Associação Brasileira de Mulheres de  
23 Carreira Jurídica ; XVIII) Jeanete Assad Mazzeiro – Fórum de Mulheres do Mercosul; XIX)  
24 Claudia Rejane de Barros Prates - Marcha Mundial de Mulheres ; XX) Maria das Graças de  
25 Figueiredo Costa – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia ; XXI) Justina Inês Cima –  
26 Movimento de Mulheres Camponesas; XXII) Vera Lúcia Ubaldino Machado – Rede Economia  
27 e Feminismo; XXIII) Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos – Rede Nacional Feminista de  
28 Saúde; XXIV) Arlete Carminatti Zago – Federação das Associações de Mulheres de Negócios e  
29 Profissionais do Brasil BPW Brasil; XXV) Estela Maria Motta Lima Leão de Aquino –  
30 Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva ; XXVI) Raquel Felau Guisoni –  
31 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; XXVII) Rosimere Maria Vieira Teles –  
32 Coodenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; XXVIII) Viviane Pereira de  
33 Oliveira – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF; XXIX) Dinara de  
34 Arruda Oliveira – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; XXX) Lúcia Maria Rodrigues  
35 Pimentel – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; XXXI) Nara Teixeira de Souza –  
36 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino – CONTEE;  
37 Conselheira de Notório Conhecimento: Jacqueline Pitanguy. Como convidadas, participaram  
38 Cynthia Ciarallo – Conselho Federal de Psicologia , Maria Aparecida Abreu e Raquel de Lima  
39 Meirelles do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. A reunião foi aberta pela  
40 Ministra Nilcéa Freire, Presidenta do CNDM, que após cumprimentar a todas, apresentou e deu  
41 as boas vindas às conselheiras que tomaram posse na data: Viviane Pereira, da Federação de  
42 Trabalhadores na Agricultura Familiar-FETRAF, Nara Teixeira de Souza, da Confederação  
43 Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino-CONTEE, e das novas conselheiras  
44 representantes do Ministério das Relações Exteriores, Gláucia Gauch (titular) e Tatiana  
45 Bustamante (suplente) e Lívia Gisele Silva Pires, suplente pelo Ministério do Trabalho e  
46 Emprego. Em seguida, a Ministra passou a palavra para a secretária do CNDM para apresentar as  
47 justificativas de ausência das conselheiras Albertina Costa/Notório Conhecimento, por  
48 compromissos familiares, Clara Charf/Notório Conhecimento por estar cumprindo agenda em

49 Salvador relativa aos 40 anos de morte de seu companheiro Carlos Marighela, conselheira  
50 Carmen Foro/CONTAG, Conceição Azevedo/FENATRAD e Rosane Silva/CUT, por  
51 cumprirem agenda interna de suas entidades, Nelita Frank/AMB e Marinalva Santana/LBL, por  
52 questões de saúde e das conselheiras governamentais Mariana Carpanezzi/SEDH e Mônica  
53 Rodrigues/MDS por participarem de eventos de seus órgãos de origem. Foi informado ainda que  
54 a conselheira Lucia Rincon/UBM, embora tivesse participado da reunião da Coordenação  
55 Política do CNDM ocorrida na véspera, precisou antecipar seu retorno por problemas de saúde  
56 na família. Em seguida, a Ministra apresentou uma síntese do informe entregue às conselheiras,  
57 relativo à reunião da Coordenação Política do CNDM ocorrida na véspera da reunião plenária,  
58 que considerou bastante proveitosa. A reunião da Coordenação Política contou com a presença  
59 da Ministra, de sua suplente no CNDM, a Secretária Adjunta Teresa Sousa, e das conselheiras  
60 presidentes das Câmaras Técnicas Graça Costa/CT de Assuntos Internacionais, Lucia Rincon/CT  
61 de Monitoramento do PNPM, Raquel Guisoni/CT de Legislação e Normas, Inajara Ferreira/CT  
62 Orçamento e Planejamento. A Coordenação Política listou algumas recomendações ao conjunto  
63 das conselheiras: as Câmaras Técnicas deverão reunir-se antes da reunião do Pleno, para  
64 preparação da reunião e imediatamente após, para trabalhar as deliberações; conselheiras devem  
65 participar mais ativamente da lista de discussão; devem monitorar a implementação do Plano  
66 Nacional de Políticas para Mulheres em seus estados de origem, bem como estimular a criação  
67 de Planos Estaduais; importância de as conselheiras levarem para suas entidades os  
68 posicionamentos do CNDM, levando para as bases, estados e municípios o trabalho e as  
69 iniciativas do CNDM. Em seguida, dando início aos informes previstos para a reunião, a  
70 Ministra Nilcéa passou ao ponto do Orçamento da Secretaria Especial de Políticas para  
71 Mulheres, destacando que neste ano a demanda de projetos foi muito grande, em função do Pacto  
72 Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, que implica no envio dos projetos  
73 pelos governos estaduais, consolidando os projetos de governos municipais. A SPM recebeu um  
74 volume de mais de 500 projetos na área de Violência contra a Mulher, não só os projetos que  
75 serão de execução pela SPM mas também projetos que vão ser executados via Ministério da  
76 Justiça, através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania-PRONASCI. A  
77 Ministra ressaltou ainda que muitos dos projetos são plurianuais, o que faz com que o volume de  
78 recursos seja executado em dois ou três anos; os projetos captados este ano serão pagos parte  
79 com orçamento de 2009, parte com orçamento de 2010. A SPM está conveniando o maior  
80 número possível de projetos e dividindo o valor entre 2009 e 2010 para que possa ser garantida a  
81 execução do Pacto nos estados, lembrando que por ser ano eleitoral os recursos deverão ser  
82 repassados aos estados até 30 de junho, sendo outra a dinâmica para a sociedade civil. A  
83 Ministra lembrou ainda que a proposta orçamentária para 2010 sofrerá os acréscimos das  
84 emendas individuais de parlamentares e das emendas das Comissões de Direitos Humanos e de  
85 Legislação Participativa. Por fim, lembrou o fato da mobilização do CNDM havida no primeiro  
86 semestre o ano em relação à questão do contingenciamento do orçamento, afirmando que a  
87 vitória de a SPM ter conseguido liberar todo o seu orçamento deve ser creditada também ao  
88 CNDM. Em seguida, a Ministra passou a palavra ao sr Rufino Correia Santos Filho, Diretor de  
89 Planejamento da SPM, que apresentou em detalhes a execução orçamentária da Secretaria  
90 Especial de Políticas para Mulheres-SPM de 2009, conforme quadro distribuído às conselheiras.  
91 Sobre o Orçamento para 2010, o sr Rufino destacou que a proposta encaminhada pelo Governo,  
92 sem as emendas, foi de 53 milhões de reais, que acrescidos do valor das emendas parlamentares  
93 poderá totalizar cerca de 80 milhões para o orçamento 2010. Terminado este ponto, a palavra foi  
94 passada para a Conselheira Lena Peres/Ministério da Saúde, para apresentação de informe  
95 relativo às “Ações do Ministério da Saúde em direitos sexuais e reprodutivos na perspectiva de  
96 Cairo+15” , trazendo um panorama de políticas e programas nacionais em interface com os  
97 aspectos de direitos sexuais e reprodutivos, programas estes presentes no Ministério da Saúde e

98 em diversos outros ministérios. A Ministra parabenizou a conselheira Lena Peres pela  
99 apresentação, destacando que muitas questões dão conta das ações que estão definidas como  
100 prioridades no Plano Nacional de Políticas para Mulheres e cumpridas pelo Ministério da Saúde.  
101 Lembrou ainda o papel estratégico da União, de definição de políticas e repasse de recursos,  
102 ressaltando que a ação concreta se dá na ponta, nos municípios, onde há muitos obstáculos e  
103 resistências a serem vencidos para que as políticas sejam implementadas. Em seguida houve um  
104 período de perguntas das conselheiras e esclarecimentos, sendo a apresentação feita repassada  
105 posteriormente a todas. Após o intervalo para o almoço, a reunião foi retomada com o ponto da  
106 agenda prioritária para o CNDM até o final deste mandato, em maio de 2010, conforme a  
107 reunião da Coordenação Política ocorrida na véspera: trabalho (Lei da Igualdade no Trabalho,  
108 trabalho doméstico), violência contra as mulheres, mulheres nos espaços de poder. A conselheira  
109 Valéria de Oliveira/SEPPIR apresentou informe sobre o programa Trabalho Doméstico Cidadão,  
110 que trabalha na perspectiva de garantia e ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas,  
111 reunindo SEPPIR, SPM, Ministério do Trabalho, Ministério da Educação e Organização  
112 Internacional do Trabalho-OIT. O programa envolve qualificação profissional, elevação de  
113 escolaridade e acesso a políticas públicas e organização. Na avaliação da conselheira, o objetivo  
114 só será alcançado quando se conseguir a retirada do artigo da Constituição brasileira que prevê  
115 direitos para diversas categorias de trabalhadores, à exceção das trabalhadoras domésticas. A  
116 Ministra Nilcéa acrescentou que o tema ganhará um espaço de discussão ampliado no próximo  
117 ano, a partir da proposta de que a Conferência da OIT volte-se para a discussão do tema do  
118 trabalho doméstico, o que pode contribuir para que sejam vencidas resistências ao tema. Em  
119 seguida, passou a palavra à Subsecretária Sonia Malheiros, para informe sobre o projeto da Lei  
120 da Igualdade no Trabalho, cuja cópia foi distribuída anteriormente às conselheiras, juntamente  
121 com sua Exposição de Motivos. A Subsecretária informou que, assim como a Lei Maria da  
122 Penha, a idéia é que o projeto, elaborado em parceria com Ministério da Justiça e Ministério do  
123 Trabalho, seja colocado em consulta pública, com audiências públicas nos estados juntamente  
124 com as Assembléias Legislativas, para que se chegue a uma configuração legitimada  
125 socialmente. Foram destacados os aspectos da igualdade de gênero, da igualdade racial, questão  
126 de creches, de assédio moral e sexual, entre outros. Algumas conselheiras pediram a palavra para  
127 comentar outros pontos, como a necessidade de articulação entre o movimento sindical e o  
128 movimento feminista, para que o tema ganhe força, divulgação e legitimidade. A Ministra  
129 informou que já está agendada uma reunião com as Centrais Sindicais e que o Brasil ainda não  
130 assinou a Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho-OIT, que trata das co-  
131 responsabilidades familiares, em função da resistência da bancada patronal, lembrando que a  
132 assinatura da convenção pode dar força para a tramitação da Lei da Igualdade. Foi aprovada a  
133 proposta de manifestação do CNDM solicitando ao governo brasileiro as providências  
134 necessárias no sentido de assinar a convenção. Em seguida, passou-se ao ponto da Reforma  
135 política e participação das mulheres nos espaços de poder, quando a conselheira Raquel Guisoni  
136 esclareceu que na verdade não houve uma reforma política, mas uma mini-reforma eleitoral. A  
137 conselheira apresentou pontos do relatório da Comissão Tripartite da qual participa como  
138 representante do CNDM, detacando a importância de divulgar as conquistas para as mulheres na  
139 mini-reforma eleitoral e de o CNDM assumir a continuidade da campanha “Mais Mulheres no  
140 Poder”. Em seguida, a Ministra Nilcéa passou para o ponto relativo ao processo eleitoral do  
141 próximo mandato do CNDM, lembrando que o atual mandato das conselheiras expira em maio  
142 de 2010, e que, conforme o decreto 6.412, que rege o CNDM, os próximos mandatos das  
143 conselheiras serão de três anos, para que a renovação do mandato não coincida com ano de  
144 eleições. Na reunião da Coordenação Política do CNDM ocorrida na véspera da reunião plenária  
145 houve concordância de que o referido decreto não deve ser revisto, uma vez que a experiência  
146 deste novo decreto é recente, necessitando de mais tempo e outros mandatos para que o decreto

147 possa ser bem avaliado, a partir da consolidação de seu atual formato. As conselheiras decidiram  
148 que o edital para a seleção das entidades da sociedade civil pode ser revisto, recebendo ajustes  
149 nos pontos necessários. Foi distribuída pequena memória de todo o processo de renovação do  
150 conselho ocorrida em 2008, que resultou no decreto de março de 2009 e no edital de seleção das  
151 entidades, bem como da posterior elaboração e aprovação do regimento interno. Houve  
152 manifestação de diversas conselheiras, ponderando a importância de o conselho ser  
153 minimamente renovado, para que ele avance na sua proposição, nos seus objetivos, com a  
154 possibilidade de inclusão de novas organizações, sendo necessária uma combinação entre a  
155 renovação e a continuidade. As conselheiras discorreram ainda sobre a autonomia do conselho e  
156 seu atual formato, com presidência da titular da SPM, maioria de conselheiras da sociedade civil  
157 em relação às governamentais, seu caráter consultivo e deliberativo, e o papel da Coordenação  
158 Política. Destacou-se que o conselho ganha em legitimidade social, quanto mais plural ele for,  
159 quanto mais tiver interlocução com a sociedade, através das entidades que o compõem, na defesa  
160 de que a interface da SPM com a sociedade civil se dê através do CNDM. Foi decidido que a  
161 Comissão Eleitoral será composta pelas conselheiras Albertina Costa/Not Conhecimento, Maria  
162 Claudia Cabral/Min Cultura, Quenes Gonzaga/Secr Geral e Lena Peres/Min Saúde. Conselheiras  
163 representantes de entidades da sociedade civil não participarão, para permitir candidatura de suas  
164 entidades. A comissão deverá primeiramente propor alterações no Edital que contribuam para a  
165 maior participação das entidades da sociedade civil, devendo acompanhar e fiscalizar todo o  
166 processo. Foi destacada ainda a importância deste mandato produzir uma avaliação política de  
167 sua gestão, com recomendações para o próximo Pleno. Antes do encerramento da reunião, foi  
168 aprovada a ata da reunião plenária anterior, de 24 de setembro de 2009, e submetida à apreciação  
169 de todas a sugestão de que, a partir da próxima reunião, as conselheiras não mais recebam  
170 diárias, tendo hospedagem, alimentação e transporte providenciados pela secretaria do CNDM, o  
171 que teve a concordância de ampla maioria. Feito isto, a Ministra agradeceu a presença de todas e  
172 deu por encerrada a reunião.